

Estado e acumulação financeira na periferia do capitalismo: um exame descolonizado sobre a América Latina nas últimas três décadas

Giordanno Nader¹

Resumo

À luz da literatura que evidencia as condições específicas da América Latina na “Era da financeirização”, o presente trabalho visa aprofundar em um tema com muitos campos de pesquisa em aberto – o papel efetivo do Estado. O objetivo se centra em traçar historicamente o espaço reservado aos Estados latino-americanos na constituição dos processos de acumulação financeira no interior destes países. Para tanto, lança-se mão de um referencial descolonizado sobre Estado e acumulação de capital e, em seguida, sobre a “financeirização subordinada” na periferia, fazendo uma síntese dos principais esforços analíticos que buscaram se desprender da mera reprodução de esquemas norte-eurocêntricos. O estudo argumenta que os Estados da região, a despeito de suas naturezas subjugadas no ciclo de acumulação mundial, ocupam importantes tarefas internamente, seja de imposição da agenda e da ideologia do capital financeiro, seja de promoção de novos espaços e novas práticas de valorização, particularmente: i) na condução do processo de abertura da conta de capital, de desregulamentação bancário-financeira e de privatizações de bancos e empresas estatais; ii) na regência das “regras do jogo” por parte das autoridades econômicas, sobretudo dos Banco Centrais; iii) na construção de uma macroestrutura focada na estabilidade financeira; iv) na implementação de políticas sociais estreitamente vinculadas aos mercados financeiros, bem como a mercantilização de serviços públicos, contribuindo para inserção da classe trabalhadora na lógica da acumulação financeira.

Palavras-chave: Acumulação de Capital, Estado, Subordinação, Financeirização, América Latina.

Abstract

In the light of the literature that shows the specific conditions of Latin America in the "Age of financialization", the present work aims to deepen in a theme with many fields of research open – the role of the State. The objective is to trace the role of latin-american states in the constitution of the processes of financial accumulation within these countries. To do so, a decolonized referential on State and capital accumulation is used, and then on subordinate financialization in the periphery, summarizing the main analytical efforts that breaks away from the mere reproduction of north-eurocentric schemes. The study argues that these states, despite their nature subjugated in global accumulation cycle, played important tasks internally, be it of imposing the agenda and the ideology of financial capital, or building new financial profits spaces, particularly: i) in conducting the process of opening the capital account, financial deregulation and privatization of banks and state-enterprises; ii) in coordination of the "rules of the game" by the authorities, especially the Central Banks; iii) the construction of a macrostructure focused on financial stability; iv) the implementation of social policies closely linked to the financial markets, as well as the mercantilization of public services, contributing to the insertion of the working class in the logic of financial accumulation.

Key-Words: Accumulation of Capital, State, Subordination, Financialization, Latin-american.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF).

Introdução

A problemática que envolve as interações entre Estado e acumulação de capital é uma das mais centrais, extensas e antigas do estudo da Economia Política. Os estudos sobre o assunto são marcados por uma enorme multiplicidade teórica, de tal modo que em torno desta variedade se constituem as principais matrizes teóricas do pensamento econômico. E, assim, em virtude do elevado grau de complexidade e subjetividade dos dois referidos objetos de estudo, bem como dos diferentes contextos geo-históricos em que se dá a interação entre eles, a tratativa do tema exige sempre maior rigor do investigador, motivando uma série de especificações teóricas e metodológicas, sobretudo de conceituação, de recorte histórico e de escopo analítico.

No capitalismo contemporâneo mundial predomina-se a hegemonia do ideário do neoliberalismo, que tem como característica mais geral a redução dos níveis de participação estatal na economia. Sob a égide teórica e ontológica do resgate do pensamento liberal-neoclássico, a economia internacional colocou em marcha uma série de transformações estruturais a partir do final dos anos 1960², dentre as quais figuram, em linhas genéricas, as políticas de liberalização comercial e financeira, de desregulamentação financeiro-bancária e do mercado de trabalho, de privatizações de bancos e empresas estatais e de mercantilização de bens e serviços sociais públicos. Com efeito deste conjunto de fatores históricos, o padrão de acumulação e apropriação de capital passou a se orientar cada vez mais pela lógica dos ganhos especulativos da esfera financeira, descolando-se gradativamente da esfera produtiva. A chamada “financeirização” ou “dominância financeira” é, portanto, um subproduto da estratégia neoliberal, embora, ao mesmo tempo, detenha sua própria autonomia, sendo capaz de sobrepô-la transversalmente e de se expandir indeterminadamente, numa lógica que congloba bancos, capitalistas produtivos, trabalhadores administração pública, o espaço urbano e o meio ambiente.

A redução da participação do Estado na economia, cabe notar, não significa dizer que o mesmo não possua um papel preponderante na consolidação do neoliberalismo. A própria ideia de “Estado mínimo” precede a existência de um “Estado forte” para impor a agenda neoliberal, disseminar a ideologia subjacente e conter as eventuais insatisfações populares, inclusive com o emprego da força se necessário³. No que concerne ao fenômeno de ascensão das finanças, em específico, não se deve

² A Era Neoliberal pode ser entendida como uma resposta do capitalismo por estabelecer-se da crise que enfrentava, levando ao abandono do arranjo financeiro e monetário internacional instituído em Bretton Woods e, posteriormente, à derrocada do “consenso keynesiano” de um modo geral. Esse processo foi liderado pelos Estados Unidos que visava reafirmar sua hegemonia nas relações econômicas e políticas internacionais, bem como do movimento das grandes corporações norte-americanas por maiores rentabilidades, num quadro de elevada repressão financeira e em um momento em que a lucratividade das empresas produtivas dava sinais de desaceleração. As tensões para a liberalização dos mercados financeiros e cambiais e a desregulamentação do mercado de empréstimos foram agravadas pelas duas crises internacionais do petróleo. O golpe final no chamado “consenso keynesiano” foi a decisão de elevação da taxa de juros norte-americana a níveis sem precedentes em 1979.

³ Ver Harvey (2008) e Carcanholo & Baruco (2011).

analisá-lo tão somente como fator resultante da imposição das “forças naturais de mercado” ou do “poder tirânico das finanças”, mas sim como um processo no qual os Estados possuem importantes tarefas de condução das reformas estruturais, de promoção de um ambiente propício aos ganhos financeiros e de criação de novos mecanismos de acumulação interna.

A incorporação dos países periféricos é um eixo essencial para a reprodução do processo de internacionalização financeira do capital. As economias latino-americanas, no rol das demais economias periféricas, inserem-se de modo subordinado no ciclo de acumulação das finanças globais. Em que pese os diferentes “graus de subordinações”, a literatura dedicada ao assunto aponta que, de um modo geral, a expansão do capital financeiro impõe “a urgência” destas economias em aprofundar as reformas estruturais de acordo com os mercados financeiros globais, em um processo que contou com efetivo impulso estatal. No plano teórico, essa relação de subordinação requereu um esforço de pesquisa que buscasse se desprender dos esquemas analíticos norte-eurocêntricos, quer seja na compreensão sobre o Estado, quer seja sobre o padrão de acumulação financeira.

O presente trabalho objetiva adentrar na relação entre os Estados nacionais periféricos e as finanças contemporâneas mundiais, tendo como objeto de análise o processo de acumulação financeira das economias latino-americanas nos últimos trinta anos. De maneira mais específica, procura-se aqui, à luz dos aspectos locais, regionais e temporal-espaciais, aprofundar na relação historicamente construída entre os Estados da América Latina e os mercados financeiros internacionais, examinando a presença efetiva dos primeiros na consolidação do movimento estruturante dos segundos nas economias do subcontinente.

É dividido em quatro seções, para além desta introdução. A primeira seção empenha-se na apresentação de um referencial teórico sobre Estado e acumulação de capital na América Latina, a partir de uma visão descolonizada. A segunda seção discute o padrão de acumulação financeira em uma dimensão global à luz da dimensão dicotômica existente entre as economias centrais e as economias que se inserem de modo subordinado. A terceira se encarrega de descrever a participação efetiva do Estado na financeirização dos países da América Latina. Por fim, na quarta, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

1 Estado e acumulação na América Latina: a busca por um referencial descolonizado

A compreensão sobre a natureza do Estado compete a uma vasta, prolongada e plural controvérsia das ciências sociais e de áreas do conhecimento afins. No que concerne à formação e desenvolvimento do Estado na economia capitalista, suas origens e atribuições, as diversas interpretações estão imersas nos infinitos tipos de interação deste com as classes sociais, com os

padrões de acumulação de capital vigentes e com a questão territorial. A análise histórica, ou melhor, histórico-específica, torna-se, assim, ferramenta imprescindível da investigação, pois sem ela corre-se o risco de cair em algum tipo de anacronismo e de reprodução universalizada e acrítica.

Desse modo, estabelecer um referencial que reúna os aportes comprometidos em desvendar o papel do Estado na acumulação de capital em uma economia periférica como as latino-americanas, impõe-se, previamente, recorrer a uma discussão mais perfilada sobre a interação entre os dois objetos, à luz das abordagens que buscaram se livrar da visão norte-eurocêntrica e colonizada dos principais esquemas analíticos. A considerar que existem diversas maneiras de se “descolonizar o saber”, no sentido colocado por Lander (2000), optou-se aqui por iniciar pela crítica marxista ao Estado burguês e, a partir de então, debruçar sobre as formas de pensamento descolonizado dos estudos latino-americanos de um modo geral. Não interessa, neste particular, enquadrar uma conexão teórica entre os diversos aportes e nem tampouco um debate mais amplo, mas sim capturar alguns conceitos que podem ser interessantes para compreender a interação entre os Estados nacionais e o processo de acumulação financeira no continente latino-americano.

A escolha por construir uma linha histórica que se inicia com a tradição marxista decorre menos da forte influência que seu método histórico exerce em boa parte dos estudos pós-coloniais e de economia política, mas principalmente da consideração por muitos autores de que a contribuição de Karl Marx é pioneira, no que se refere ao método e à concepção, em romper com a ideologia burguesa europeia do século XIX. Desde Marx⁴ e Engels, passando por Vladimir I. Lenin, Rosa-Luxemburgo, Antonio Gramsci e Nico Poulantzas, até os marxistas de hoje, encontra-se presente a ideia de que o Estado capitalista é uma expressão da sociedade civil e das relações econômicas (de produção e de classe), e, neste sentido, um instrumento de dominação burguesa. O Estado nasce justamente do conflito de classes, ou melhor, da necessidade que o modo de produção capitalista contém em si de colocar alguma ordem asseguradora no antagonismo inerente e manter dominada e explorada a classe oprimida, garantindo a sua reprodução como tal (GRUPPI & CANALI, 1980; O’DONNELL, 1982).

Dessa forma, a crítica materialista à concepção burguesa de Estado oferece tanto uma crítica à ideologia liberal inaugurada em Locke e centrada, grosso modo, no conceito de Estado como sendo o resultado de um contrato firmado entre os membros da sociedade civil para garantir os direitos de propriedade; quanto, também, ao método/concepção de Hegel, cujo o qual restabelece a distinção

⁴ Marx, como se sabe, não apresenta uma teoria específica de Estado ao longo de sua obra, pelo menos não de forma acabada. Para apreender a concepção do autor é preciso busca-la em diversas passagens fragmentadas d’O Capital e de outros trabalhos do autor, bem como nos trabalhos posteriores de seus seguidores.

entre Estado e sociedade civil, de modo que o Estado funda a sociedade e se sobrepõe à mesma (MARX, 1963; GRUPPI & CANALI, 1980).

Os teóricos do imperialismo do sistema mundial, sobretudo Lênin e Rosa Luxemburgo, em suas obras que têm como palco o capitalismo europeu do século XIX, se concentram na acumulação de capital dos Estados imperiais e na busca dos monopólios capitalistas e do capital financeiro por oportunidades de investimentos para além dos limites do mercado interno. Algumas de suas contribuições teóricas, no entanto, deram origem a dois dos principais cânones dos estudos que visam analisar cada estrutura econômica “caso a caso”. A se destacarem: (i) a relação centro-periferia; e (ii) a noção de subordinação – que Lênin afirmava ser a condição dos países da Europa Oriental, dentre eles a Rússia Czarista – e de cuja a qual denotará as categorias mais recentes de subimperialismo e de dependência.

A dicotomia centro-periferia irá influenciar grande parte dos estudos sobre Estado e acumulação ao redor do mundo e de diferentes matrizes teóricas. Na América Latina, Prebisch (1949) foi o seminal em evidenciar a questão da dualidade centro-periferia de forma sistemática, inaugurando assim, a escola estruturalista de pensamento latino-americana, difundida nos estudos da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina). De acordo com tal escola, a despeito dos diferentes tipos de abordagens, o “atraso” em relação ao centro capitalista se devia à posição subordinada na divisão internacional do trabalho, mas poderia ser corrigido se os Estados ontologicamente autônomos lançassem mão do uso efetivo de políticas que visassem eliminar os gargalos estruturais da economia. Nota-se, portanto, em consonância com Dos Santos (1998), uma visão evolucionista, na qual o subdesenvolvimento seria uma condição primeira para o desenvolvimento, que, seguindo a cartilha anunciada, teria como “terra prometida” o mundo industrializado.

Deve-se mencionar, contudo, que os trabalhos posteriores de Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e, até mesmo, do próprio Prebisch (1979), já haviam reconhecido as limitações de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo dirigido pelo Estado, denotando o que ficou posteriormente conhecido como a “autocrítica da CEPAL”. Mas foram os teóricos da dependência na década de 1960 quem ofereceram uma formulação crítica e alternativa à essa ideologia “nacional-desenvolvimentista” (DOS SANTOS, 1998). Sobretudo, o debate marxista da dependência, sistematizado a partir das contribuições de Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vania Bambirra, que, neste particular, puseram as relações de subordinação e de dominação como elementos deveras centrais para explicar a condição de subdesenvolvimento das economias periféricas.

De acordo com a “dialética da dependência” a condição dependente determina uma relação de dominação entre países, dada a divisão internacional do trabalho e, dentro desses países, de

dominação entre classes. O seu método histórico dialético implica que as relações de produção da nação subordinada são recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. De modo que a “(...) consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais que a ampliação da dependência e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas” (MARINI, 1973, p. 4).

Surge então a concepção teórica do “Estado dependente latino-americano”⁵, que se estende a outras linhas do campo marxista, segundo a qual, apesar de estar sujeito às determinações gerais do Estado, em especial de se constituir como instrumento de dominação burguesa e de reprodução do capital, suas características distinguem qualitativamente, em diversos aspectos, dos países centrais. E, dentre tais distinções qualitativas, expressa-se, destacadamente, a categoria de subimperialismo, fenômeno histórico relacionado à penetração de capitais estrangeiros na América Latina em meados do século XX, no contexto da nova divisão internacional do trabalho, da afirmação dos monopólios e da expansão do capital financeiro (MARINI, 1973; BICHIR, 2018).

A relação de subordinação se expressa particularmente na dívida, ou seja, na situação de dependência e vulnerabilidade financeira dos Estados e das frações de classes em relação aos credores estrangeiros. Por isso a análise do ciclo histórico da dívida – interna e externa – é imprescindível para uma análise descolonizada sobre Estado e acumulação de capital. Diversos trabalhos histórico-econômicos e antropológicos defendem que toda e qualquer dívida sempre se originou das relações de classe e de poder e que, a dívida externa, em particular e para além, está umbilicalmente associada à constituição dos Estados nacionais e à acumulação de capital (MARICHAL, 1988; GRAEBER, 2011; DOS SANTOS, 2013).

Em uma tentativa de compreender a dívida externa que assolou a maior parte das economias latino-americanas durante a década de 1980, Marichal (1988) remonta à análise histórica e data das guerras de independência em torno de 1820 – e, portanto, da constituição dos estados nacionais latino-americanos –, o primeiro ciclo de empréstimos para a região. Citando Lênin e Luxemburgo, o autor descreve o “caminho” pelo qual os lucros das nações imperiais buscam novos investimentos estrangeiros e se encontram com a necessidade de financiamento de novos projetos dos países periféricos, como importações ou, nesse caso específico, os gastos de guerra. Contudo, tão logo os empréstimos tornam-se dívida, a entrada líquida de recursos se reverte em pagamentos de juros e amortizações, denotando um processo repatriacionista destes capitais.

⁵ Bichir (2018) realiza um esforço em apresentar uma teoria de Estado presente na obra de Ruy Mauro Marini. Embora o autor não apresente uma concepção explícita, a autora recorre à diversas passagens de sua obra em que se evidencia a filiação teórica marxista de Marini, mas, também, suas elaborações particulares sobre a natureza do Estado latino-americano.

O autor argumenta ainda que as causas das crises da dívida não estão situadas, historicamente, nos países devedores, mas sim a partir de turbulências nos mercados monetários do centro. Em outros termos, as crises de endividamento não são as causas, mas sim as consequências das crises econômicas internacionais (MARICHAL, 1988). Esta concepção teórica respaldada por considerações factuais sobre o surgimento da dívida e dos Estados trás, subjacente, uma interpretação alternativa – e descolonizada – aos motivos que reforçam a posição subordinada dos países latino-americanos, explicados tradicionalmente pela insolvência dos países devedores.

Mas, conquanto a sociedade civil esteja, num primeiro momento, excluída das negociações – em larga medida feita entre bancos e fundos internacionais de um lado e políticos nacionais do outro –, ela pode se mobilizar quando achar os custos da dívida encontra-se muito onerosos. Nesses e em outros caso de insurgências da população, o Estado, enquanto aparelho garantidor da ordem e dos interesses da classe burguesa, deverá assim intervir de alguma maneira para conter as eventuais insatisfações populares.

Aliás, a possibilidade de insurgência das classes sociais ocupa um lugar de centralidade na contribuição da obra do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, em uma linha interpretativa que conecta as classes sociais ao “capitalismo dependente” e à natureza dos Estados Nacionais latino-americanos. Em seus livros *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, de 1973 e *A revolução burguesa no Brasil*, de 2006, o autor também remonta à independência como o marco da formação da sociedades nacionais dos Estado nacionais da América Latina, mas sua análise não se limita à questão puramente econômica centrada na relação externa. De acordo com Fernandes (2006, p.57): “o estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional”. Segundo Fernandes, a constituição dos Estados Nacionais formalmente independentes se firma enquanto instrumento assegurador da dominação dos “estamentos senhoriais parte das elites nacionais”, isto é, da vontade política que tais elites detinham em manter intacta a estrutura colonial, em que pese se erguerem contra as implicações econômicas, políticas e sociais do estatuto colonial, uma vez que este último restringia a dominação burguesa em todos os níveis da ordem social (FERNANDES, 1973; 1975).

Dessa perspectiva decorre a formulação da natureza heteronômica dos Estados dependentes contido na obra de Fernandes: na dimensão externa, manifesta na dependência econômica, social, política, ideológica e moral; e na dimensão interna, a partir da dinâmica das classes sociais entre si e com a estrutura de poder, de modo que em muitos momentos dão suporte à dependência mas que, em alguns outros, arriscam-se mobilizar contra elas. Tal condição se altera de acordo ao longo da história, no entanto mantendo permanente sua posição heteronômica, quer seja no antigo sistema colonial,

quer seja na fase do imperialismo ou, quer ainda seja no capitalismo monopolista (CARDOSO, 1996; FERNANDES, 1975).

O mesmo Estado, outrora, dado o seu papel garantidor da reprodução capitalista e do sistema de classes sociais, pode promover melhoras substanciais nas condições de vida da classe trabalhadora. Ditas relações de reprodução podem levar o aparato estatal a cumprir um papel de “custódia” das classes dominadas, inclusive, a depender da conjuntura, atuando contra as demandas da classe dominante (O’DONNELL, 1982). Quando essa melhoria chega em determinado ponto, há a possibilidade de emergir um “Estado burocrático-autoritário”, descrito por O’Donnell, um tipo historicamente específico do Estado capitalista que se constituiu em alguns países latino-americanos na década de 1970, a partir de uma resposta das classes dominantes em frear os impulsos das classes dominadas.

A decadência das experiências autoritárias foi seguida por uma crescente exacerbação da internacionalização financeira do capital que se estabelece perante o capitalismo monopolista-financeiro, e que continua a modificar as relações econômicas e sociais globais. Essas transformações estão relacionadas à emergência de um novo padrão de acumulação, centrado na valorização financeira, e cujas implicações recaem sobre as formas de integração entre os países centrais e os países dependentes e, internamente, sobre as relações de classe, de produção e sobre o território. Os inúmeros aportes recentes, nos mais diversos centros de estudos latino-americanos, continuam buscando se desprender de uma visão norte-eurocêntrica, debruçando sobre as novas configurações econômicas, sócio-políticas e geo-espaciais do capitalismo atual.

2 Finanças contemporâneas globais e a inserção subordinada dos Estados periféricos

Desde o último quarto do século XX prevalece na economia mundial um padrão de acumulação de capital baseado no predomínio dos ganhos procedentes das finanças especulativas. O referido padrão de acumulação refere-se à uma “configuração específica do capitalismo contemporâneo”, que se define pelo crescente “aumento de importância” (no sentido colocado por Epstein, 2001⁶) das finanças na produção e nas formas de apropriação de riqueza⁷. E expressa-se tanto quantitativamente, com a expansão exponencial do montante das operações financeiras e da riqueza fictícia proveniente destas, mas, principalmente, qualitativamente, alterando rotundamente as

⁶ A síntese teórico-conceitual de Epstein (2001, p.3) é a de maior extensão de acordo com as estatísticas das plataformas acadêmicas digitais, isto é, a mais citada na literatura, segundo a qual a financeirização corresponde a: “(...) um aumento da importância dos interesses financeiros, dos mercados financeiros, dos atores financeiros e instituições financeiras nas operações das economias nacionais e internacionais”.

⁷ A exacerbação dos ganhos financeiros não se circunscreve à expansão do mercado de derivativos, ao passo que os mercados cambial, de capitais e de trabalho também se tornam espaços importantes de operações especulativas financeiras.

relações sociais (políticas, culturais, econômicas, territoriais, etc.) de acordo com os imperativos da valorização financeira, em uma lógica que congloba capitalistas, trabalhadores, bancos e instituições financeiras, setores do governo, o espaço urbano e o meio ambiente (CHESNAIS, 1997; 2010; KRIPPNER, 2003; PAULANI, 2012).

Na segunda metade da década de 1980, a partir dos estudos marxistas publicados na *Monthly Review*⁸, o então florescente padrão de acumulação financeira passou a se constituir como um objeto e uma problemática de pesquisa acadêmica. A temática da “financeirização” ou da “dominância financeira”⁹ surge e se sistematiza justamente com a finalidade de examinar essa centralidade ocupada pelo capital financeiro na atual configuração da economia capitalista, pontuando suas causas históricas, suas características distintivas e suas consequências fenomenológicas.

Com efeito, a literatura pertinente tem sido, desde então, amplamente difundida, dispendo atualmente de um *corpus* teórico e de evidências empíricas demasiadamente extenso; e compondo-se por distintas correntes de pensamento, a se destacarem os já mencionados estudos de tradição marxista (Magodff, 1987; Sweezy, 1987; Chesnais 1997; 2010; 2016; Dumenil & Levy, 1997; 2004-Lapavitsas, 2011); alguns estudos pós-keynesianos (Hein & Van Treeck, 2010; Tymoigne & Wray, 2013; Palley, 2013) e a denominada Escola da Regulação Francesa (Aglietta, 1999; Boyer, 2000). Além disso, o estudo da financeirização é rondado por uma forte interdisciplinaridade, alastrando-se cada vez mais a outras áreas do conhecimento como sociologia, antropologia, história, geografia, ciência política e estudos urbanos (VAN DER ZWAN, 2013).

É relativamente consensual, porém, que a “explosão das finanças” nos últimos quarenta anos estaria vinculada às transformações ocorridas na economia mundial a partir dos anos 1960, que tiveram início com a decadência da arquitetura monetária e financeira instituída em *Bretton Woods* e com o conseqüente avanço da ordem neoliberal que a sucedeu no transcorrer das décadas seguintes¹⁰. Na leitura certa de Chesnais (1997, p. 35): “(...) foi necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento dos capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros”. Esta “necessidade histórica”, originada pelo caráter expansivo das empresas transnacionais e dos mercados financeiros globais – e liderada pelos Estados capitalistas

⁸ Existe um relativo consenso acerca do pioneirismo dos estudos publicados na *Monthly Review* na segunda metade da década de 1980 sobretudo os trabalhos de Paul Sweezy e Harry Magdoff.

⁹ A terminologia é extensa e varia de acordo com a abordagem teórica, com a época e com o local em que se deu o debate. Outros nomes encontrados na literatura são: “capitalismo patrimonialista”, “regime de acumulação financeira”, “modelo de crescimento baseado nas finanças (*finance led-growth*)”, ou ainda “mundialização financeira”.

¹⁰ A criação dos euromercados é usualmente considerada o embrião temporal desse processo, ainda que não se deva ignorar outros antecedentes históricos. No entanto, as análises mais consagradas se centram de fato na sucessão de acontecimentos posteriores, como a como o abandono da arquitetura monetário-financeira desenhada em *Bretton Woods*, a crise econômica internacional dos anos 1970 (considerando aqui os efeitos deletérios dos dois choques do petróleo em 1973 e 1979), a elevação da taxa de juros norte-americana em 1979, a difusão das políticas neoliberais de Reagan-Thatcher, a crise da dívida nos países do terceiro mundo e a conseqüente incorporação destes países na lógica proposta pelo Consenso de Washington.

desenvolvidos –, seria a gênese morfológica desta nova configuração da gestão de riqueza no capitalismo globalizado, na qual o “capital portador de juros encontra-se situado no centro das relações econômicas e sociais”.

As consequências fenomenológicas deste padrão de acumulação dominado pelas finanças estão centradas basicamente nas suas implicações econômicas e sociais. Para a maior parte dos autores, a financeirização estaria associada, grosso modo, à, primeiramente, uma queda no patamar do investimento, resultante do enalço das empresas não-financeiras por ganhos de renda derivado de uma maior inserção na circulação financeira. Segundo, a um aumento da vulnerabilidade financeira interna e externa, devido ao caráter inerentemente especulativo da lógica rentista, que acabar por tornar maior a imprevisibilidade dos mercados, bem como mais frágil a sua estrutura. E, terceiro, pelo ângulo da distribuição de renda, a economia política da dominância financeira demonstra teórica e empiricamente como e o quanto esse novo padrão de acumulação promoveu, sem causar estranheza, uma redistribuição funcional em prol dos rendimentos rentistas em detrimento dos rendimentos do trabalho, o que resultou na elevação dos principais índices de desigualdade e concentração de renda e riqueza e na piora das condições de vida dos percentis mais pobres da população (CHESNAIS, 1997, 2010; DEDECCA, 2010; LIN & TOMASKOVIC-DEVEY, 2013).

Uma discussão relativamente recente passou a se dar em torno do fato de que o descrito empenho de pesquisa seria predominantemente dedicado aos países centrais, notadamente aos Estados Unidos e à Europa Ocidental. Contudo, levando em consideração que parcela significativa das economias periféricas – tal qual as economias latino-americanas, as do leste europeu, do leste asiático, Índia, Turquia, África do Sul, dentre outras –, encontravam-se flagrantemente financeirizadas, autores como Lapavitsas (2009), Marois (2011), Bonizzi (2013) e Powell (2013) aperceberam que as raras análises sobre elas, quando feitas, se baseavam numa simples reprodução da metodologia da literatura usual. É plenamente concebível que tais trabalhos tenham inaugurado uma linha de investigação intrateórica, na qual os estudos sobre financeirização devem analisar as condições específicas do capitalismo na periferia, sejam elas históricas, espaciais, sócio-políticas, institucionais, etc. Dessa maneira, afora os aspectos que são homólogos em relação ao centro, a literatura que trata da financeirização na periferia busca captar tanto conformações *sui generis* de cada estrutura periférica, quanto também aspectos compartilhados entre elas e entre determinados grupos regionais.

O aspecto mais geral e determinante que distingue as experiências das economias periféricas diz respeito à forma como elas se inserem no movimento de acumulação global. Para a maior parte dos pesquisadores, a integração financeira global desses países se dá de modo subordinado (de onde

decorre o conceito de “financeirização subordinada¹¹) desde a sua origem, a despeito dos diferentes níveis de subordinação e das mais variadas formas de abordagem e percepção do fenômeno. Andrade & Prates (2013), por exemplo, partindo dos ciclos endógenos de capitais e de especificidades estruturais associados à assimetria monetária internacional, retomam o conceito estruturalista de “condição periférica” para definir o atual modelo de inserção dessas economias. Por outro lado, Amaral (2012), à luz da teoria marxista da dependência, desenvolve a tese de que tais países estariam vivendo uma “nova fase da dependência”, desta vez pela via financeira. No quadro empírico, Powell (2013), analisando a experiência mexicana, Kaltenbrunner & Paineira (2018) a economia brasileira e, Marois (2011), num estudo comparativo entre México e Turquia, também encontram evidências que corroboram o caráter subordinado do processo de financeirização nesses países.

De modo a contrariar um par de análises que sustentam que determinadas economias periféricas alcançariam um certo estágio que permiti-las-iam “romper” com as armadilhas do centro-periferia¹², Paulani (2008; 2012), em estudos sobre a economia brasileira, desenvolve o conceito de “plataforma internacional de valorização financeira” para descrever uma “potência emergente financeira”, quer dizer, uma economia que participa ativamente do processo de acumulação financeira global, mas, no entanto, integra-se completamente de modo subordinado e dependente. Neste modelo de inserção no padrão de acumulação mundial verifica-se o surgimento de um amplo espaço de valorização financeira, em grande medida sustentado pelo aparato estatal, a partir da coexistência entre taxas de juros reais bastante elevadas e uma tendência de sobreapreciação da moeda doméstica, o que garante baixo risco e alta rentabilidade aos “credores”, além de reduzir os custos de remessas de renda para o exterior.

Como resultado verifica-se que, ao contrário da tendência acompanhada nas principais economias avançadas – um padrão de valorização financeira baseado no crescente endividamento privado, no capital acionário e na formação de bolhas nos preços dos ativos –, as economias periféricas têm se caracterizado, em sua maioria, por uma “financeirização baseado na renda dos juros” e fortemente associado ao endividamento público (BECKER, *et al.*, 2010; BRUNO & CAFFE, 2014).

A posição de subordinação dos países na América Latina pode todavia passar a enganosa impressão de que essas Estado nacionais foram completamente irrompidos pelo movimento

¹¹ O economista Jeff Powell, em sua tese de doutorado, apresenta o conceito de “financeirização subordinada” dos países periféricos, ainda que outros autores tenham trabalhado o mesmo fenômeno com outra denominação. A caracterização do autor sobre a subordinação no processo de financeirização é feita a partir de quatro pontos que se inter-relacionam: “(...) *the subjugation of domestic monetary policies to the imperatives of international capital; the turn of domestic corporations to global markets requiring engagement in derivatives, the assumption of market risk and the surrender of profits to foreign investors; and debt financed consumption by an elite who seek to hold their wealth in world money*” (POWELL, 2013, p.3)

¹² Ver Tyson & McKinley (2014).

imperioso e estruturante do padrão de acumulação financeira mundial, em que pese as formas diferenciadas de manifestação do fenômeno em cada estrutura periférica. Em realidade, os Estados domésticos, enquanto representação das frações de interesses da classe burguesa, desempenharam, mesmo que circunstanciados de uma maneira ou de outra pela condição subordinada, um papel dianteiro na efetivação das políticas neoliberais e pró-financeiras. Autores como Chesnais (1997; 2010), Marois (2011), Bonizzi (2017), dentre outros, sem perderem de vista a subalternidade dos Estados periféricos em relação aos mercados financeiros globais, argumentam que a financeirização na periferia não deve ser avaliada meramente como resultado inerente do “poder tirânico das finanças”, sublinhando a forma de atuação específica do aparelho estatal na construção e na promoção de uma atmosfera propícia aos ganhos financeiros e na constituição de novos mecanismos de valorização financeira.

De um modo geral, a despeito da redução dos níveis de participação estatal da estratégia neoliberal e da penetração das finanças globais resultante dessa, as tarefas dos Estados se consubstanciam na imposição da agenda e na difusão da ideologia do capital financeiro, além da criação de novas práticas financeirizadas. Isto quer dizer que, se no padrão tradicional de acumulação, o aparelho do Estado deveria servir de instrumento auxiliar da burguesia, na fase da dominância financeira, dada a alteração do modelo de negócios das empresas não-financeiras, os Estados passaram a salvaguardar, coniventemente ou ativamente, os interesses do capital financeiro. Na periferia do capitalismo mundial, dada a condição estrutural de subordinação destas economias, esse arranjo se apresenta de forma mais patente e ganha dimensões particulares, de tal forma que o objetivo da próxima seção é esboçar em uma perspectiva histórico-compreensiva como foi que esse processo se desenrolou no continente latino-americano.

3 O espaço reservado ao Estado no processo de financeirização da América Latina

O “estágio atual da arte” da discussão econômica relativa à financeirização na América Latina é de certo modo recente e incipiente, com esforços de pesquisa bastante fragmentados dentre os variados centros de estudos ao redor do mundo e entre as múltiplas áreas do conhecimento. Os primeiros estudos sobre financeirização na região, ainda na década de 1990, se pautavam na simples reprodução “importada” do método e do arcabouço teórico das análises sobre os países pertencentes ao centro capitalista (Phillips, 1994; Chesnais, 1996; Salama, 1998¹³). Somente a partir de meados

¹³ O trabalho de Salama (1998) faz uma análise bastante aprofundada da financeirização na América Latina, sobretudo considerando a época em que foi publicado. Ainda que seu enfoque se diferencie das análises puramente economicistas que predominaram nas principais linhas de estudo do fenômeno na região, o método de análise do autor parece ser o mesmo utilizado pela literatura usual. Somente posteriormente, quando o economista Pierra Salama aprofunda na sua análise é que ele passa a incorporar o modelo de análise baseado nas especificidades históricas e estruturais de maneira mais contundente.

dos anos 2000, quando os estudos sobre a financeirização na periferia tornaram-se mais sistematizados, que a literatura referente ao sub-contidente latino-americana passou a desenvolver e adotar um método próprio, à luz das especificidades locais, ou seja, assinalando histórico-estruturalmente como esse processo surge, se consolida e se manifesta. Dentre esses se destacam os trabalhos seminais de Giraldo (2005), Salama (2006) e Leiva & Malinowitz (2007), seguidos por um crescente esforço teórico tal qual Rozo (2009), Bruno *et.al.* (2009), Paulani (2009; 2012), Amaral (2012), Cibils & Allami (2013), Soto (2013), Powell (2013), Andrade & Prates (2013) Bruno & Caffé (2014; 2015) González (2017); Kaltenbrunner & Paineira (2018), além de alguns poucos outros.

Em uma tentativa pioneira de diferenciar dos “estudos publicados em inglês”¹⁴ sobre a financeirização na América Latina dos “estudos latino-americanistas”, Leiva e Malinowitz (2007) afirmam que a participação estatal¹⁵ na sedimentação do processo de financeirização é uma agenda distintiva destes últimos. No entanto, vale ressaltar, tal afirmação é verdadeira apenas em parte, uma vez que a literatura corrente não foi satisfatoriamente capaz de priorizar uma perspectiva de Estado imerso na dialética ainda mais complexa que envolve as relações Estado-mercado na atualidade. As análises, majoritariamente retidas nas implicações das políticas estatais, até chegam a evidenciar a forma de atuação dos governos e dos *policy makers*, mas pouco teorizam sobre a natureza dos Estados latino-americanos nessa nova configuração global; e isso as impedem de adensar sobre a efetiva participação destes na constituição de espaços de valorização do capital financeiro. Especialmente quando se supõe esse papel paradoxal do Estado, isto é, ora em posição subjugada ao padrão de acumulação financeira global, ora como um ator ativo na promoção e na efetivação das políticas pró-financeiras internamente.

O cientista social brasileiro Giovanni Alves, num ensaio sem delongas intitulado *A natureza contraditória do Estado capitalista na era da financeirização*, reconheceu os impactos diferenciados sobre os Estados dependentes, mas também tentou propor uma teoria que pudesse ser geral. Nas palavras do próprio autor: “(...) surge [na era da financeirização] um Estado cada vez mais subsumido às injunções da valorização do capital financeiro, mas com importantes tarefas de reconstituição de novos espaços de valorização”. “Um estado” – continua ele – ao mesmo tempo “frágil e forte”, “impotente e poderoso”, que “serve à financeirização e organiza a produção mundial” (ALVES, 1999, p. 149-150, colchete nosso). Essa visão ontológica do Estado na lógica da financeirização guiará a empreitada de análise histórico-material que se pretende daqui em diante.

¹⁴ Maneira pela qual o autor se referiu aos estudos norte-eurocêntricos. Para mais informações, ver Leiva & Malinowitz.

¹⁵ De acordo com Leiva e Malinowitz (2007) a América Latina também inclui o Estado como “sítio” de financeirização, uma vez que as atividades financeiras dos governos, particularmente nos mercados de crédito em relação à emissão de títulos do tesouro, refletem uma lógica financeira intimamente relacionada com a lógica do capital privado na era da financeirização neoliberal, incluindo um declínio nas atividades produtivas ou indiretamente produtivas (investimento público).

As economias latino-americanas ingressaram no padrão de acumulação financeira somente no final da década de 1980 e início da década de 1990, no rol das demais economias periféricas e com uma década de atraso em relação aos principais países centrais. A gênese da financeirização na América Latina se deve ao processo de liberalização econômica – abertura comercial e financeira, desregulamentação bancária e trabalhista e privatizações –, em marcha conduzida pelos governos nacionais nas bases propostas pelo receituário liberalizante do Consenso de Washington. Conforme aponta Salama (2006), em razão da crise da dívida da década de 1980, os processos de liberalização e, conseqüentemente, de ascensão das finanças que se deram sobre dito contexto são completamente diferentes em relação aos demais países centrais e periféricos. Os processos de ajustamento foram totalmente capturados pela globalização em curso, executando as reformas estruturais de acordo com as normas dos mercados financeiros liberalizados e dos órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Segundo Beluzzo & Almeida (2002, p.366), a regra básica de “(...) processos de *estabilização de preços com abertura financeira* é a criação de uma oferta de ativos atraentes¹⁶ que possam ser encampados pelo movimento geral da globalização” [itálico nosso]. Como a maioria dos planos de estabilização lançaram mão de uma câmbio apreciado para promover uma pressão baixista nos preços dos produtos comercializáveis, a atração de capital estrangeiro tinha por objetivo compensar os déficits em transações correntes. Por sua vez, as elevadas taxas de juros cumpririam uma dupla função, qual seja, a de contribuir para o controle do nível de preços e de garantir a atratividade dos capitais especulativos estrangeiros.

Assim, os processos peculiares de estabilização via abertura dos mercados conduzidos pelos Estados domésticos foram determinantes na redefinição do tipo de inserção das economias latino-americanas no novo padrão de acumulação global. Em particular, as políticas de privatizações e a desregulação do setor financeiro impulsionaram uma maior integração financeira global, com crescente participação de bancos estrangeiros, alterando profundamente a estrutura e as funções tradicionais dos sistemas bancários domésticos. O processo de privatização/estrangeirização dos bancos nos países da América Latina modificou o padrão de financiamento destes, dado que as filiais nacionais passaram a adotar as mesmas práticas financeiras de suas matrizes estrangeiras cujas as quais remetiam os lucros (SOTO, 2013). Os trabalhos de Cibils & Allami (2013), Powell (2013) e Bruno & Caffé (2015) demonstram teórica e empiricamente, para o caso argentino, mexicano e

¹⁶ A despeito da infinidade de novas práticas financeiras que surgiram, sobretudo a partir da desregulação financeira, Malinowitz (2009) afirmam que a forma preferida dos investidores institucionais internacionais e dos bancos domésticos são os títulos públicos de curtíssimo prazo e elevada liquidez, remunerados com altas taxas de juros e indexados à inflação e à taxa de câmbio. Belluzzo & Almeida (2002) ainda chama atenção, no caso da economia brasileira, para as ações de empresas privatizadas e os bônus e papéis de empresas e bancos de boa reputação.

brasileiro respectivamente, como e o quanto os bancos comerciais tornaram-se, nas três últimas décadas, crescentemente mais preocupados em atividades especulativas de curto prazo (e, portanto, reféns da valorização de ativos financeiros em um nível global) do que com as opções de financiamento da atividade produtiva.

Ao mesmo tempo, conforme ressaltam alguns autores, os bancos comerciais públicos e privados desses países buscaram incrementar os seus lucros financeiros, apanhando como fundamento as operações de empréstimos e o oferecimento de ativos e serviços financeiros às famílias (POWELL, 2013, para o México; LAVINAS, 2015, para o Brasil). Em particular, sobre os empréstimos às famílias, o movimento ganhou força naqueles países, sobretudo da América do Sul, que buscaram, nos anos 2000, promover estratégias de modelos de crescimento puxado pelo consumo, financiando este último através de políticas de acesso ao sistema financeiro, incluindo algumas políticas de cunho inclusivas e sociais (LAVINAS, 2013; 2015).

O resultado desse processo, sem a pretensão de relativizar alguns avanços de ordem social, é que as famílias passam a ser incorporadas ao processo de financeirização sob a tutela do Estado, denotando o que alguns estudos marxistas designaram de “financeirização dos rendimentos do trabalho”¹⁷. Isto é, simplesmente uma “expropriação financeira dos salários” oriundo do pagamento referente à prestação de serviços financeiros, tal como juros, taxas e comissões, bem como de uma destinação da renda aos serviços públicos e/ou benefícios de seguridade social (como as reformas nas regras da previdência implementadas em países como Chile, Colômbia, Peru e México, por exemplo), agora mercantilizados e financeirizados na forma de seguros privados e fundos de pensão (LAPAVITSAS, 2011; AMARAL, 2013).

Como consequência deste conjunto de fatores, pode-se afirmar a existência de um consenso em torno da contribuição de o amplo processo de liberalização ter tornado a instabilidade financeira sistêmica, sendo, paradoxalmente, a causa (e não a solução, conforme apregoava os seus apologistas) da vulnerabilidade a crises do tipo financeira (Giraldo, 2005; Leiva & Malinowitz, 2007; Soto, 2013; Powell, 2013; González, 2017; Kaltenbrunner & Paineira, 2018). Ilustram o argumento as crises financeiras enfrentadas por estes países nas décadas de 1990 e 2000¹⁸ e o contágio da crise internacional de 2008. A crise financeira internacional de 2008, em particular, é considerada por muitos autores como um novo marco da financeirização latino-americana (SOLORZA, 2013; GAGO & MEZZADRA, 2015). Isso porque crises desta natureza, ao invés de significarem ruptura nesse modelo (como era de se esperar), têm sistematicamente contribuído para o seu aprofundamento

¹⁷ Ver Lapavitsas (2011).

¹⁸ A passagem refere-se às crises ocorridas no México em 1994-95, no Brasil, 1999 e 2002 e Argentina 2001-02.

(CIBILS & ALLAMI, 2013, para a Argentina), principalmente quando as propostas do governo para superá-la passam por novas rodadas de medidas liberalizantes (ROZO, 2009).

No afã de se protegerem contra a vulnerabilidade financeira e, conseqüentemente, contra os fortes desequilíbrios na balança de pagamentos, as autoridades monetárias das principais economias latino-americanas passaram crescentemente a acumular reservas em moeda forte. Tal prática se deu por intermédio da política de atração de capitais voláteis e da exportação de produtos industriais ou de baixo valor agregado, especialmente após o *boom* das *commodities* e do ciclo de elevada liquidez mundial em 2004-2005, ambos puxados pela forte demanda da economia chinesa¹⁹ (PAINCEIRA, 2009). Os Bancos Centrais, que na maior parte destes países são os depositários das moedas estrangeiras, aplicam recorrentemente esses recursos em mercados financeiros consolidados, tornando-se, deste modo, financiadores dos processos de acumulação financeira dos países centrais (BONIZZI, 2013; SOTO, 2013).

Aliás, os Bancos Centrais passaram a ter um importante papel de “regente” da dinâmica dos ciclos financeiros na América Latina. Quando ocorre uma forte entrada de capitais externo, os Bancos Centrais são impelidos a adotarem políticas de esterilização, o que faz aumentar a dívida mobiliária interna às custas do aumento das reservas cambiais. Na fase de saída líquida, quando as reservas se reduzem, mas os juros sobem, o que também engorda o estoque da dívida nominal, os Bancos Centrais são novamente requeridos, desta vez para evitar uma volatilidade descontrolada e indesejável da taxa de câmbio (CHESNAIS, 1997).

De outro lado, verifica-se, em muitas dessas economias, a adoção, por parte dos *policy makers*, de um aparato macroinstitucional e macrofinanceiro focado na estabilidade de preços, no equilíbrio da balança de pagamentos e na atração de investimento estrangeiro, direto ou de curto prazo. Neste aparato consta uma política fiscal voltada para a geração de superávits primários; uma política monetária primordialmente focada na consecução da meta de inflação e, de modo geral, instrumentada sob elevadas taxas reais de juros, que visam garantir, ao mesmo tempo, a estabilidade do nível geral de preços e a rentabilidade e atratividade necessárias aos ativos financeiros domésticos; e um câmbio que flutua, normalmente com intervenções das autoridades monetárias, visando acomodar os choques externos e contribuir para os objetivos de estabilidade, mas que, na prática, tem-se mostrado bastante apreciado e volátil, tornando o câmbio mais um instrumento na atração de

¹⁹ De acordo com alguns os autores, a partir dos anos 2000, dado o forte aumento dos preços das *commodities* agrícolas, diversos investidores institucionais passaram a especular no mercado internacionais de *commodities* (mercado de capitais e mercado de preços futuros), trazendo bruscas flutuações e instabilidade para os preços destas¹⁹. O processo de “financeirização dos preços das *commodities*” tem condicionado as áreas da pesquisa econômica enfocada nos efeitos da reprimarização e da desindustrialização com doença holandesa (ver Botta, 2017) e do chamado neo-extratativismo na América Latina (ver Gago, 2015) a incorporarem em suas respectivas agendas de pesquisas, uma linha de investigação sobre a “financeirização dos recursos naturais”¹⁹ (Painceira, 2009; Kalttenbruner & Painceira, 2018).

capital estrangeiro e o mercado cambial mais um lócus das operações especulativas financeiras (BRUNO, 2011; POWELL, 2013). Essa institucionalidade macroeconômica atende não somente aos interesses da estabilidade macroeconômica, como também, e principalmente, aos da “estabilidade da valorização financeira” (BRUNO & CAFFE, 2015; GONZÁLEZ, 2017).

Cabe notar que, a implementação de todas essas políticas, medidas, ações e diligências supracitadas pressupõem e requisitam uma transformação de cunho ideológica na sociedade, no sentido de incorporação e aceitação por parte da sociedade da lógica neoliberal e pró-financeira. Em linhas bastantes gerais, os caminhos para tal escolhidos pelos principais governos da América Latina contaram com ampla propaganda oficial na grande mídia e na mídia especializada, financiadas em grande medida pelos setores mais interessados, em particular os setores rentistas e financistas; e basearam-se quase sempre em uma retórica alarmista e emergencial²⁰ de “ser a única saída possível”. Este processo foi facilitado pela aversão tácita da população do subcontinente em relação à inflação e a crises do tipo financeira devido ao histórico recente, e também pelo poder decisivo das agências de *investment grade* nesse regime de acumulação atual, que culmina numa verdadeira armadilha àqueles países que tentam se opor ao modelo imperativo das finanças.

Do exposto, pode-se sumarizar o espaço reservado ao Estado nacional no atual padrão de acumulação a partir de quatro frentes: i) o papel dirigente das reformas estruturais, sobretudo da liberalização da conta de capital, da desregulamentação financeiro-bancária e do processo de privatizações; ii) o papel regente por parte das autoridades monetárias e dos órgãos de regulação financeira, na administração das “regras do jogo” e na incorporação de outros mecanismos de financeirização, como as citadas políticas de acúmulo de reservas internacionais e a gestão da dívida pública; iii) o papel institucional da política macroeconômica desenhada sob os objetivos de atender a estabilidade econômica e a estabilidade dos rendimentos das finanças; iv) o papel inclusivo-financeiro, visando mitigar os efeitos perversos deste modelo, mas, no entanto, com políticas creditícias e sociais estreitamente vinculadas aos mercados financeiros e com a inserção de famílias na lógica de acumulação financeira-global.

Considerações Finais

No capitalismo contemporâneo, os Estados nacionais mantiveram suas principais atribuições, quais sejam, de serem os responsáveis pela garantia da ordem e dos interesses das classes dominantes e pela guarnição da reprodução do modo de produção e acumulação capitalista. Mas, por outro lado,

²⁰ Paulani (2015), ao criticar as escolhas conservadoras dos governos petistas no Brasil entre 2003 e 2016, que inclusive contrariavam os discursos sobre os quais tais governos foram eleitos, avalia que essas medidas foram tomadas sob o mantra do “estado de emergência econômico”.

dada a alteração do padrão de acumulação e apropriação de riqueza, onde agora predomina-se a hegemonia dos ganhos da esfera financeira em relação à esfera produtiva, os Estados modificaram suas formas de atuação específica, voltando-se para as tarefas relativas à condução da agenda de reformas estruturais, à difusão da ideologia pró-financeira e à constituição de novas práticas e operações financeiras.

Os Estados latino-americanos, em razão da inserção subordinada no movimento de acumulação global, ficam sujeitos aos imperativos deste último, de modo que o papel desses Estados nesse processo ganha novas dimensões. Dentre as quais se destacam, particularmente: a condução do processo de abertura financeira (liberalização da conta de capital, desregulamentação financeira e privatizações); a tutela da lógica da financeirização, por parte das autoridades econômicas e dos demais órgãos de regulação, incluindo aqui a participação ativa de setores do governo na promoção de novas práticas financeiras; a criação de uma arquitetura macroinstitucional focada em promover a estabilidade financeira, impulsionando ainda mais os ganhos provenientes da valorização financeira; e na inserção compulsória da classe trabalhadora na órbita da financeirização, por intermédio de políticas creditícias e sociais estreitamente vinculadas aos mercados financeiros e da mercantilização de bens e serviços sociais públicos, impelindo as famílias a recorrerem a serviços financeiros para complementarem o seus consumos, tal como planos de seguros, fundos de pensão, títulos de capitalização e planos privados de saúde.

Percebe-se, portanto, a natureza contraditória dos Estados da América Latina no processo de acumulação financeira doméstica e global, de modo que tais Estados são, ao mesmo tempo, subordinados e ativos, quer dizer, encontram-se por um lado impelidos pelo movimento estruturante das finanças globais, mas, de outro, ocupam incumbências fundamentais na sedimentação desses arranjos internamente. Essa perspectiva teórico-dialética, embora ainda bastante carente de profundização, torna-se o pressuposto fundamental da análise histórico-específica sobre a financeirização, uma vez que permite ao investigador, a partir dessa perspectiva ampla, conceber mais nitidamente as especificidades locais, regionais e temporais-especiais de cada contexto.

O estudo aqui lançado a cabo não pretendia especificamente apresentar uma teoria de Estado latino-americano no padrão de acumulação atual, mas sim traçar de modo preliminar a sua participação histórica e suas formas de atuação nesse processo, a partir de alguns pontos em comum mais manifestos entre os países da região. Ademais, pode-se apreender de pano de fundo (do estudo) uma defesa a respeito da essencialidade em se evidenciar o papel do Estado para os estudos sobre o capitalismo contemporâneo e, particularmente, sobre a financeirização da América Latina. Reconhece-se, no entanto, que daqui em diante se faz imprescindível que a agenda de pesquisa

continue se aprofundando teoricamente sobre o conceito e a natureza dos Estados nacionais a partir de uma visão cada vez mais descolonizada.

Referências bibliográficas

- AGLIETTA, Michel. Les transformations du capitalisme contemporain. **Capitalisme et**, 1999.
- ALVES, Giovanni Antonio Pinto. A natureza contraditória do Estado capitalista na era na financeirização. **Estudos de Sociologia**, 1999.
- ANDRADE, R. P.; PRATES, D. M. Exchange rate dynamics in a peripheral monetary economy. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 35, n. 3, p. 399-416, 2013.
- AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BECKER, Joachim et al. Peripheral financialization and vulnerability to crisis: A regulationist perspective. **Competition & Change**, v. 14, n. 3-4, p. 225-247, 2010.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; DE ALMEIDA, Júlio Gomes. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Ed. Civilização Brasileira, 2002.
- BICHIR, Maíra Machado. CONTRIBUTIONS OF RUY MAURO MARINI TO THE DEBATE ON THE STATE IN DEPENDENT COUNTRIES. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 535-553, 2018.
- BONIZZI, Bruno. Financialization in developing and emerging countries: a survey. **International Journal of Political Economy**, v. 42, n. 4, p. 83-107, 2013.
- BOTTA, Alberto. Dutch Disease-cum-financialization booms and external balance cycles in developing countries. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 3, p. 459-477, 2017.
- BOYER, Robert. Is a finance-led growth regime a viable alternative to Fordism? A preliminary analysis. **Economy and society**, v. 29, n. 1, p. 111-145, 2000.
- BRUNO, Miguel. Financeirização e Crescimento Econômico: o caso do Brasil”. ComCiência (UNICAMP), Campinas, SP, 10 maio 2011.
- BRUNO, Miguel & CAFFÉ, R. Crescimento, distribuição e acumulação de capital numa economia financeirizada: uma análise dos limites estruturais ao desenvolvimento brasileiro. In: *Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS*, 2014, Caxambu. 2014
- _____. Indicadores macroeconômicos de financeirização: metodologia de construção e aplicação ao caso do Brasil. In: BRUNO, M. (Org.). *População, Espaço e Sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, p. 35-61. 2015
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Praia Vermelha**, v. 21, n. 1, 2011.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estudos avançados**, v. 10, n. 26, p. 89-128, 1996.
- CIBILS, Alan; ALLAMI, Cecília. Financialisation vs. development finance: The case of the post-crisis Argentine banking system. **Revue de la Régulation-Capitalisme, institutions, pouvoirs**, v. 13, 2013.
- CHESNAIS, François. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. Praga – Estudos Marxistas, São Paulo, n.3. 1997
- _____. A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital”. In Chesnais, F. *A finança capitalista*. Alameda. São Paulo. 2010.

- _____. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump.** Brill, 2016.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. Trabalho, financeirização e desigualdade. **Texto para discussão**, n. 174, 2010.
- DOS SANTOS, Theotonio et al. La teoría de la dependencia un balance histórico y teórico. **Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos**, p. 93-151, 1998.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. The real and financial components of profitability (United States, 1952–2000). **Review of Radical Political Economics**, v. 36, n. 1, p. 82-110, 2004.
- EPSTEIN, Gerald. Financialization, rentier interests, and central bank policy. **manuscript, Department of Economics, University of Massachusetts, Amherst, MA, December**, 2001.
- FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes na América Latina. **Rio de Janeiro**, 1973.
- _____. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Globo Livros, 2006.
- GAGO, Verónica. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital: patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización. **Nueva sociedad**, n. 255, p. 38-52, 2015.
- GIRALDO, César. Financiarización: un nuevo orden social y político. **CID, Sistemas de protección social: entre la volatilidad económica y la vulnerabilidad social**, p. 233-280, 2005.
- GONZÁLEZ, Arturo Huerta. La globalización y la política macroeconómica acentúan la financiarización y la fragilidad de las economías: el caso de México. **Economía e Sociedade**, v. 26, n. SPE, p. 991-1023, 2017.
- GRUPPI, Luciano; CANALI, Dario. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** Porto Alegre: L & PM, 1980.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** Loyola, 2008.
- HEIN, Eckhard; VAN TREECK, Till. 'Financialisation' in Post-Keynesian models of distribution and growth—a systematic review. IMK working paper, 2008.
- KALTENBRUNNER, Annina; PAINCEIRA, Juan Pablo. Subordinated financial integration and financialisation in emerging capitalist economies: The Brazilian experience. **New political economy**, v. 23, n. 3, p. 290-313, 2018.
- KARWOWSKI, E.; STOCKHAMMER, E. Financialisation in emerging economies: A systematic overview and comparison with Anglo-Saxon economies. *Economic and Political Studies*, v. 5, n. 1, p. 60–86, 2017.
- KRIPPNER, Greta R. The fictitious economy: Financialization, the state, and contemporary capitalism. 2003.
- LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber: eurocentrismos y ciencias sociales. **Perspectivas latinoamericanas**, 2000. LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber: eurocentrismos y ciencias sociales. **Perspectivas latinoamericanas**, 2000.
- LAPAVITSAS, Costas. Theorizing financialization. **Work, employment and society**, v. 25, n. 4, p. 611-626, 2011.
- LAVINAS, Lena. **Latin America: Anti-poverty schemes instead of social protection. Desigualdades.**, Working Paper Series 51, Berlin: desigualdades. International Research Network on Independent Inequalities In Latin America, 2013.
- _____. A Financeirização da Política Social: o caso brasileiro. **Politika**, v.2, p. 35-51, 2015.
- LEIVA, Fernando I.; MALINOWITZ, Stanley. Financialization in the Americas: Evidence and Consequences. In: **Meeting of the Latin American Studies Association, Montreal**. 2007.

- LIN, Ken-Hou; TOMASKOVIC-DEVEY, Donald. Financialization and US income inequality, 1970–2008. **American Journal of Sociology**, v. 118, n. 5, p. 1284-1329, 2013.
- MAGDOFF, Harry; SWEEZY, Paul M. **Stagnation and the financial explosion**. NYU Press, 1987.
- MALINOWITZ, Stanley. Financiarización y crisis financiera: Raíces y respuestas. **Crisis del modelo neoliberal y desigualdad en Colombia**, p. 263-282, 2009.
- MARINI, Ruy Mauro; SADER, Emir. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1974.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1851/1852). **Edição Ridendo Castigat Mores, Fonte Digital: Nelson Jahr Garcia, versão para e-book, disponível em http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_brumario.pdf**, 2002.
- MAROIS, Thomas. Emerging market bank rescues in an era of finance-led neoliberalism: A comparison of Mexico and Turkey. **Review of International Political Economy**, v. 18, n. 2, p. 168-196, 2011.
- O'DONNELL, Guillermo. Tensões do Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia. **O novo autoritarismo na América Latina**, 1982.
- PALLEY, Thomas I. Financialization: what it is and why it matters. In: **Financialization**. Palgrave Macmillan, London, 2013. p. 17-40.
- PAULANI, Leda. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo. 2012.
- _____. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. Boitempo Editorial, 2015.
- PHILLIPS, Kevin. **Arrogant capital: Washington, Wall Street, and the frustration of American politics**. Little, Brown and Company, 1994.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista brasileira de economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.
- _____. Las teorías neoclásicas del liberalismo económico. **Revista de la CEPAL**, 1979.
- ROZO, Orlando Gutiérrez. América Latina en la economía mundial: entre la transnacionalización y la financiarización. **Apuntes del CENES**, v. 28, n. 48, p. 71-94, 2009.
- SALAMA, Pierre. **Financiarización excluyente en las economías latinoamericanas**. 1998.
- _____. América Latina, dívidas e dependência financeira do Estado. **Revista de Ciências Sociais**, v. 36, n. 1/2. 2006.
- SOTO, Roberto. América Latina: Entre la financiarización y el financiamiento productivo. **Problemas del desarrollo**, v. 44, n. 173, p. 57-78, 2013.
- SOLORZA, Marcia. Financiarización en países emergentes de Asia y América Latina. **Dr. Enrique Graue Wiechers Rector Dr. Leonardo Lomelí Vanegas Secretario General Ing. Leopoldo Silva Gutiérrez**, p. 7.
- TYMOIGNE, Eric; WRAY, L. Randall. **The Rise and Fall of Money Manager Capitalism: Minsky's half century from world war two to the great recession**. Routledge, 2013.
- TYSON, Judith et al. **Financialization and the developing world: Mapping the issues**. 2014.
- VAN DER ZWAN, N. Making sense of financialization. *Socio-Economic Review*, 12. 2014.